

Superior Tribunal de Justiça

PRECATÓRIO Nº 4.845 - DF (2019/0142607-5)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
REQUERENTE : CARLOS ROBERTO DE SOUZA
ADVOGADOS : YGOR MAXWELL BARRETO MALHEIROS VIANNA E
OUTRO(S) - MG155978
ISABELLA RODRIGUES CHAVES DE PAULA - MG167721
REQUERIDO : UNIÃO
REQSTE : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO

Trata-se de precatório oriundo da ExeMS 23.208/DF, expedido em favor de CARLOS ROBERTO DE SOUZA.

Intimados acerca da regularidade formal, a parte requerida e o Ministério Público Federal manifestaram-se favoravelmente ao pagamento (fls. 7-8 e 10).

Mediante as Petições n. 00388064/2019 e 00435982/2019 (fls. 11-82 e 84-93), PJUS PRECATÓRIOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS e AUGUSTA RAMOS JULIO CAROLINO - ME comunicaram a celebração de cessão de crédito no PRC 4845, cabendo 80% e 20% em favor de cada cessionário, respectivamente.

O art. 100, §§ 13 e 14, da Constituição Federal dispõe que:

§ 13. O credor poderá ceder, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a terceiros, independentemente da concordância do devedor, não se aplicando ao cessionário o disposto nos §§ 2º e 3º.

§ 14. A cessão de precatórios somente produzirá efeitos após comunicação, por meio de petição protocolizada, ao tribunal de origem e à entidade devedora. (grifo nosso)

Ao que se verifica, não foi apresentada comunicação dos negócios jurídicos à entidade devedora.

Ante o exposto, intime-se o interessado para apresentar comprovação de comunicação à União das cessões de crédito.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

